



MOVIMENTO MÉDICO DO PARANÁ GANHA FORÇA POLÍTICA PARALISAÇÃO ACONTECE EM NOVEMBRO

Assembléia terá CPI dos Planos de Saúde

PÁG 8

Candidatos a prefeito de Curitiba assumem compromisso com a saúde

PÁG 10

Ucamp tem primeiro curso

PÁG 16

Entidades pedem vacinação universal contra a gripe

PÁG 18

*Não é só um relacionamento
que se constrói
com base na confiança.
A casa dos seus sonhos,
também.*



*Seu projeto,
nosso
compromisso.*

**MONREAL**
CONSTRUTORA

Av. Batel, 1230 - sala 507 - Ed. BTC - Batel - 41 3018.9588
CEP 80420-090 - Curitiba - Paraná
www.construtoramonreal.com.br

Para que a construção da sua casa saia exatamente como você sempre sonhou, acompanhamento qualificado é fundamental em todas as etapas. Por isso, a Monreal trabalha em contato direto com você, conhecendo seus sonhos e planejando em conjunto a sua próxima morada. Com toda a credibilidade e a segurança de quem há 10 anos planeja e constrói com qualidade. Monreal. O seu projeto é o nosso compromisso.

Editorial



O movimento médico ganha força fora dos muros das entidades médicas. Políticos, imprensa, órgãos de defesa do consumidor e a sociedade em geral estão comentando e repercutindo as manifestações dos médicos brasileiros contra os abusos das operadoras de planos de saúde, que não reajustam os honorários médicos e, sequer, cumprem as determinações legais da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e do Código Civil quanto aos contratos, além de intervirem, muitas vezes irresponsavelmente, na relação médico-paciente, com glosas ou negativas de exames ou procedimentos.

No mês de outubro, médicos do Brasil inteiro, de diferentes formas, deram sua declaração de basta a esses abusos. Orientados pelas entidades nacionais (Associação Médica Brasileira, Conselho Federal de Medicina e Federação Nacional dos Médicos), os profissionais foram às ruas, suspenderam o atendimento às operadoras que não negociam, fizeram diversas formas de protesto, entre os dias 10 e 25.

No Paraná, agimos de uma maneira um pouco diferente. Após aprovarmos a paralisação por 15 dias a todas as operadoras (exceto Fundação Copel e Fundação Sanepar, com quem já negociamos e hoje recebemos R\$ 80,00 por consulta), fomos chamados na Assembleia Legislativa, mais especificamente na Comissão de Defesa do Consumidor, para explicar nosso movimento.

A mesma comissão também ouviu representantes das operadoras e da ANS. Os deputados oficiaram, uma a uma, todas as operadoras que atuam no Paraná para que apresentem um plano de adequação dos contratos e da remuneração dos profissionais médicos e solicitaram à classe médica paranaense que suspendesse a paralisação do atendimento até que conclua seus trabalhos, comprometendo-se a, após a resposta por parte das empresas, reconhecer como legítimo e apoiar o movimento contra as operadoras que não derem respostas satisfatórias.

Atendemos ao apelo, numa demonstração de respeito e disposição para a negociação, por entendermos a importância de termos, pela primeira vez, nossos representantes no Legislativo compactuando com nossa luta. Esse "reco" temporário nos dará respaldo e legitimidade para a sequência do movimento, com autoridades e sociedade cientes que a paralisação foi a última alternativa encontrada.

Assim, no dia 7 de novembro, realizaremos nossa assembleia definitiva, em que votaremos, uma a uma, as repostas das operadoras e deflagraremos a paralisação, a partir da semana seguinte, para todas aquelas cujas propostas recusarmos. O próximo dia 7 é decisivo para o futuro do movimento médico. Conto com sua presença para lotarmos o auditório da AMP e darmos uma demonstração de força e união na busca pela valorização da nossa profissão.

João Carlos Baracho

Presidente da Associação Médica do Paraná

Expediente

Presidente

João Carlos Baracho

Diretor de Comunicação Social

Osni Moreira Filho

Diretoria Executiva

1º Vice-presidente

Curitiba - José Fernando Macedo

2º Vice-presidente

Norte - Anderson Wagner Garcia - Ivaiporã

3º Vice-presidente

Noroeste - Leônidas Favero Neto - Paranavaí

4º Vice-presidente

Centro - Plínio Leonel Jakiniu - União da Vitória

5º Vice-presidente

Sudoeste - José Luiz Bertoli Neto - Foz do Iguaçu

6º Vice-presidente

Sul - Araré Gonçalves Cordeiro Junior - Araucária

Secretário Geral

Nerlan Tadeu Gonçalves Carvalho

1º. Secretário

Miguel Ibraim Abboud Hanna Sobrinho

1º. Tesoureiro

Gilberto Pascolat

2º. Tesoureiro

Viviane Hiroki Flumigan Zétola

Diretor de Patrimônio

Mauro Borges da Silva

Diretor Científico e Cultural

Regina Celi Passagnolo Sérgio Piazzetta

Conselho Editorial

Dr. João Carlos Baracho

Dr. Osni Moreira Filho

Jornalista Responsável

Roger Pereira - MTB 5867

comunicação@amp.org.br

Rua Cândido Xavier, 575 - Água Verde

Curitiba - PR (41) 3024-1415

MÉDICOS DÃO **ULTIMATO** ÀS OPERADORAS DE PLANO DE SAÚDE: **7 DE NOVEMBRO**

Nessa data, classe analisará propostas das empresas e definirá quais serão afetadas por paralisação no dia 12.



Em estado de assembleia permanente, os médicos paranaenses suspenderão o atendimento às operadoras que não negociarem com a classe a partir do dia 12 de novembro. A decisão foi tirada do último encontro da categoria, no dia 23 de outubro, na sede da AMP. A classe médica paranaense adiou por um mês a paralisação, prevista, inicialmente para 10 de outubro, dentro do movimento nacional pela melhoria dos honorários e das condições de trabalho dos médicos que atuam na saúde suplementar, para aguardar o resultado dos trabalhos da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Paraná, que vem, desde o mês de julho, intermediando uma negociação entre as entidades médicas, as operadoras, a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os órgãos de defesa do consumidor.

Após ouvir todas as partes, a comissão oficiou cada uma das 69 operadoras que atuam no

Estado acerca da pauta de reivindicações dos médicos, que pedem, além da correção dos valores repassados por consultas e procedimentos, a adequação dos contratos aos parâmetros legais, pois, hoje, muitos dos contratos entre médicos e operadoras estão em desacordo com o que determina a ANS e o Código Civil, pois não têm prazo de vigência, cláusula de reajuste, nem fixação do horário de atendimento.

Assim, respeitado o prazo para que as empresas apresentem suas respostas, a classe médica volta a se reunir no dia 7 de novembro, para analisar, uma a uma, as repostas de cada operadora. As empresas que apresentarem propostas que se aproximarem das exigências da classe médica (com a adequação dos contratos e a fixação do valor de consulta em, no mínimo, R\$ 80,00 e adoção da Classifica-

ção Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos –CBHP plena) serão excluídas do protesto. Já as operadoras que não responderem ou que suas respostas forem avaliadas pela assembleia como aquém do aceitável, terão o atendimento suspenso a partir do dia 12 de novembro. O indicativo da assembleia dos médicos é de paralisação do atendimento por 15 dias.

As entidades médicas (AMP, Conselho Regional de Medicina do Paraná e Sindicato dos Médicos no Estado do Paraná) recomendam que, durante os 15 dias de protesto, as consultas e procedimentos das operadoras abrangidas pela paralisação sejam reagendadas. Neste período, o atendimento será apenas às operadoras cujas propostas forem aceitas ou de forma particular. Se um paciente de uma operadora que consta no protesto quiser ser

atendido de forma particular, deve assinar um termo de consentimento. Todos os atendimentos de urgência e emergência serão mantidos sem quaisquer modificações atingindo apenas os procedimentos e consultas eletivas.

O presidente da AMP, João Carlos Baracho, salienta que a suspensão dos atendimentos é necessária para chamar a atenção das operadoras. “As empresas reajustaram os valores dos planos desde 2004, em média, em 130%. Enquanto isso, o procedimento médico com o maior aumento teve alta de 45% no período. Isso gera um desequilíbrio, além de representar uma irregularidade, já que os contratos não trazem uma cláusula de correção anual”, ressalta.



COMISSÃO DA ALEP SE SOLIDARIZA COM MOVIMENTO DOS MÉDICOS

Entidades esclareceram os deputados sobre a mobilização



Convidados pelo presidente da Comissão, Leonaldo Paranhos (PSC) o presidente da Associação Médica do Paraná, João Carlos Baracho, e o presidente do Conselho Regional de Medicina do Paraná, Alexandre Gustavo Bley, explicaram, na reunião da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa do Paraná realizada no dia 18 de setembro, como ocorrerá a suspensão do atendimento a planos de saúde.

O presidente da AMP explicou que a suspensão é nacional e que só serão atendidos nos modos convencionais dos planos os pacientes das operadoras que negociaram com a classe médica. No caso do Paraná, até agora, apenas a Fundação Copel e a Sanepar não serão atingidas pelo movimento por já terem formalizado acordo com a classe médica. "Divulgamos antecipadamente para, além

de haver tempo suficiente para que a informação chegue a todos os pacientes, haver tempo para que as operadoras negociem a adequação dos contratos e evitem a suspensão", disse Baracho.

O presidente do CRM-PR lembrou que a suspensão não é uma ação isolada, mas resulta de anos de impasse na negociação com as operadoras. A principal causa deste conflito é a irregularidade dos contratos entre operadoras e médicos perante o Código Civil e às regras da Agência Nacional de Saúde (ANS) no que diz respeito à cláusula de reajuste, prazo, regime e tempo de trabalho. "Hoje a saúde está sendo regida por regra de mercado e se tornou um bem de consumo. Este modelo está esgotado. As empresas buscam o lucro, e como o reajuste das mensalidades precisa seguir normas da ANS, os honorários médi-

cos é que são os mais afetados pela postura das operadoras. Os planos dificultam o acesso aos procedimentos e remunera mal o trabalho terceirizado, realizado pelo médico. Há muito tempo o médico paga a conta da saúde nesse país. Os usuários têm contrato com a operadora. Os médicos também deveriam ter, mas esses contratos não existem", afirmou.

Apesar de demonstrarem preocupação com possíveis dificuldades para os usuários, os deputados que participaram da reunião solidarizaram-se à causa dos médicos. "Cada vez que vocês vêm aqui, a gente se convence que a escuridão está instalada nos planos de saúde no Paraná. Arrecada-se um absurdo e paga-se uma mixaria para um cidadão que estudou tanto para se capacitar a salvar vidas. Os consumidores estão sendo penalizados pela postura dos planos", disse o deputado Adelino Ribeiro (PSL).



A advogada Andressa Jarletti Gonçalves de Oliveira, vice-presidente da Comissão dos Direitos do Consumidor da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Paraná, reforçou a posição do deputado. “A paralisação da forma como está sendo pensada, para as consultas eletivas, vai acabar prejudicando o consumidor, mas os médicos estão garantindo o pleno atendimento de urgência e emergência. Os pacientes não serão desassistidos e não é um prejuízo irreversível, pois o cliente tem outras possibilidades, como o SUS ou o atendimento particular. Essa pode ser a única forma de chamar as operadoras para esse diálogo”, disse.

A promotora Marta Favreto Paim, da Promotoria de Justiça de Defesa do Consumidor, afirmou que o consumidor espera que os planos resolvam esse impasse. “Ainda não há um fato concreto, pois a suspensão ainda não começou. Queremos evitar que ela aconteça. Os planos terão de dar conta do atendimento”.

O advogado Fabiano Sponholz Araújo, do departamento jurídico da AMP lembrou que qualquer operadora que vier a se adequar ou formalizar a intenção de fazê-lo, no que diz respeito aos contratos, não será atingida pela suspensão. “Estamos denunciando uma ilegalidade, quem se adequar, não haverá

motivo para ser atingido pela suspensão”. O advogado comentou que o consumidor já está sendo lesado com a atual situação dos planos de saúde. “Os contratos não existem, os planos são invendáveis. Não existe plano de R\$ 100,00 sem exploração do médico. Em breve, não haverá médico atendendo neste plano, ou haverá médico sem capacitação, o consumidor está sendo enganado”.

Diante do que foi debatido, o presidente da Comissão, deputado Leonaldo Paranhos ma-

nifestou a intenção de convocar as entidades médicas, as operadoras, a ANS, o Ministério Público e o Procon para tentar formalizar um acordo que comprometa as operadoras a se adequarem às exigências para que se evite a suspensão ao atendimento a planos de saúde no Paraná. “Não ocorrendo esse acordo e se confirmando a suspensão, vamos propor uma punição às operadoras por eventuais prejuízos ao consumidor”, afirmou.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA TERÁ CPI DOS PLANOS DE SAÚDE

Participação das entidades na Comissão de Defesa do Consumidor gera pedido de investigação

A participação dos representantes das entidades médicas nas reuniões da Comissão de Defesa do Consumidor da Assembleia Legislativa, bem como a ausência de clareza nas explicações das entidades que representam as operadoras de planos de saúde, levou o deputado Adelino Ribeiro (PSL), membro da comissão, a apresentar um requerimento de instalação de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar os Planos de Saúde que atuam no Paraná.

Com 20 assinaturas colhidas, mais que as 18 necessárias para ser proposta, a CPI já foi aprovada e aguarda a sua instalação pela Mesa Diretora da Assembleia. A proposta da comissão é investigar as denúncias de descumprimento da regulamentação por parte das operadoras, bem como analisar a baixa remuneração dos médicos, e verificar os preços cobrados e a viabilidade dos planos, sugerindo mudanças para melhorar o atendimento e reduzir filas.

A proposição de CPI, protocolada em 22 de outubro, foi precedida de um duro discurso do presidente da Comissão de Defesa do

Consumidor da Casa, deputado Leonaldo Paranhos, no último dia 9 de outubro. Paranhos utilizou a tribuna da Assembleia para agradecer os médicos pelo adiamento da paralisação e informar aos demais deputados e à sociedade o andamento dos trabalhos da comissão. "Acabamos percebendo que as operadoras têm vendido muitos planos e, evidentemente, isso acarreta, aos seus colaboradores aos médicos, um aumento significativo em seu trabalho e o usuário, evidentemente, corre o risco de não ter o seu direito de consumidor estabelecido. Elas vendem muito mais do que as suas capacidades", disse.

Paranhos explicou que as reivindicações da classe médica não eram o objeto principal do trabalho de sua comissão, que visa zelar pelo respeito ao consumidor, mas informou ter percebido que é o detrato das empresas com os médicos o que mais tem prejudicado os usuários de planos de saúde. "Acabei entrando neste segmento, por ser Presidente da Comissão de Defesa do Consumidor, mas sem nenhuma pretensão, inicial, de defender os médicos. Mas hoje faço isso de forma explí-

cita, porque estou percebendo que os médicos não têm tido os seus direitos cumpridos", disse. "Nos trabalhos da comissão, percebemos que os médicos têm se transformado - desculpem-me a expressão - em verdadeiros escravos desses planos de saúde, porque eles não recebem o que lhes é de direito. Há muitos anos não são corrigidos os seus valores, as operadoras não cumprem os contratos. A ANS, com todo respeito, não tem cumprido a sua função de regular isso e dar as punições".

Assim, Paranhos disse apoiar o movimento médico e qualquer manifestação que a classe vier a fazer após cessadas as possibilidades de negociação com intermédio da Assembleia Legislativa. "Existe um movimento nacional de suspensão do atendimento, porque não existe outra maneira de cobrarmos dessas operadoras, se não for assim. E eles têm o nosso apoio, porque é uma vergonha o que as operadoras estão fazendo, e os médicos ficam com o ônus, porque são eles que estão lá, na ponta, atendendo o consumidor".

ENTIDADES REJEITAM ACORDO COM O CADE

Os conselhos de medicina rejeitaram, por unanimidade, o Termo de Cessação de Conduta (TCC) proposto pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), do Ministério da Justiça. A proposta foi deliberada durante reunião entre presidentes dos conselhos regionais e, ainda, em sessão plenária do Conselho Federal de Medicina (CFM). O TCC propõe que as entidades renunciem, por exemplo, ao direito de organizar protestos de acordo com as leis do país para reivindicar reajuste nos honorários pagos pelos planos de saúde. Para presidentes e conselheiros, isso fere as prerrogativas do movimento médico.

A Federação Nacional dos Médicos (Fenam) e a Associação Médica Brasileira (AMB) também rejeitaram a proposta. O documento foi apresentado quase um ano após o primeiro encontro entre as entidades médicas nacionais e a Secretaria de Defesa Econômica (SDE) e tinha como objetivo trazer consenso sobre o direito dos médicos. O órgão havia se comprometido a analisar os pontos levantados pelos dirigentes das entidades médicas e introduzir adaptações ao documento. No entanto, além de vetar várias formas de mobilização da categoria, o texto limita também a adoção da Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos (CBHPM) como critério de remuneração.

“Apesar dos diversos encontros e debates ocorridos ao longo de 2012, o Cade se mostrou irredutível ante as ponderações das entidades. Mais do que isso, manteve praticamente os mesmos termos propostos no termo apresentado há um ano e

acrescentou um item que contraria ainda mais a categoria”, ponderou o presidente do CFM, Roberto d’Ávila.

As negociações com a autarquia do Ministério da Justiça ocorreram em paralelo a um embate judicial iniciado no ano passado sobre a legitimidade das entidades de reivindicar critérios objetivos para reajuste de honorários aos médicos que atendem por planos de saúde. A partir da decisão, presidentes e conselheiros sinalizaram prosseguir a tentativa de um consenso no âmbito administrativo, mas não descartaram o acirramento da disputa judicial contra a intervenção do Poder Executivo.

“Mostramos ao Cade que nunca houve a intenção de cartelizar o setor ou prejudicar os usuários de planos de saúde. Queremos apenas estabelecer um equilíbrio entre o trabalho do médico e as operadoras”, argumenta Aloísio Tibiriçá, 2º vice-presidente do CFM e coordenador da comissão de Saúde Suplementar.

(CFM)

O QUE O CADE QUER PROIBIR	O CFM RESPONDE
Que as entidades médicas fomentem protestos coletivos que afetem o atendimento aos beneficiários de planos de saúde por tempo indeterminado.	As entidades possuem lastro legal para coordenar a classe médica na obtenção de melhores condições de trabalho junto às operadoras de planos de saúde, e jamais promoveram a suspensão de atendimentos por tempo indeterminado.
A emissão de ato normativo, orientação ou qualquer outra forma de apoio à cobrança direta, pelos médicos, de valores adicionais por consultas ou procedimentos dos valores adicionais por consultas ou procedimentos dos beneficiários de planos de saúde credenciados.	Em nenhum momento o CFM liberou a cobrança de valores extras de pacientes conveniados aos planos de saúde – este tipo de ação é proibido pelo Código de Ética Médica.
A instauração de sindicâncias e/ou processos administrativos disciplinares para forçar os médicos a participarem de movimentos de negociação coletiva, paralisações, boicotes, descredenciamentos ou acatamento irrestrito a qualquer decisão das entidades médicas.	Nunca houve orientação do CFM para punir médicos que não aderirem ao movimento. Descredenciamentos, quando ocorrem, são realizados à luz dos normativos legais.
A retaliação aos médicos que não adotem a CBHPM como padrão de remuneração.	Nunca houve qualquer orientação ou imposição do CFM para punir médicos que não adotem a CBHPM.

CANDIDATOS A PREFEITO DE CURITIBA ASSUMEM COMPROMISSO COM A SAÚDE

A Associação Médica do Paraná recebeu, durante o mês de agosto, os cinco principais candidatos à Prefeitura de Curitiba para debater as propostas para saúde. Ratinho Júnior (PSC), Rafael Greca (PMDB), Gustavo Fruet (PDT), Luciano Ducci (PSB) e Bruno Meirinho (PSOL) reuniram-se com a diretoria da Associação, ouviram um diagnóstico da situação da saúde no município a partir da percepção de seu principal agente, o médico, discutiram a melhor forma de solucionar algumas questões como a fila para consultas eletivas com especialistas, a demora no atendimento de urgência e emergência e a escassez de leitos disponibilizados ao Sistema Único de Saúde (SUS).

Os cinco candidatos assinaram um termo de compromisso com a saúde de Curitiba. Elaborado pela Associação Médica do Paraná, o termo não estipula metas numéricas, como o número de leitos a serem criados, ou o prazo máximo que um cidadão pode aguardar numa fila. "Está longe do nosso objetivo querer ensinar ao futuro prefeito como administrar a cidade, nem temos as informações necessárias sobre a estrutura e a capacidade do município para cobrar metas específicas. O que queremos é que o candidato reconheça o problema e comprometa-se a, da forma que julgar melhor, resolvê-lo, tendo, sempre, a Associação Médica como parceira neste processo", disse o presidente da AMP, João Carlos Baracho.

Entre os compromissos assinados entre AMP e candidatos, além da equalização do número de leitos à demanda e da redução do tempo de espera, principalmente para os atendimentos de especialidades, estão a luta pela vacinação



universal e antecipada dos curitibanos contra a gripe (uma vez que o Paraná é o estado com mais mortes registradas pela H1N1 no mundo) e o aperfeiçoamento do plano de carreira dos médicos públicos municipais. "para voltar a despertar no médico aquele sentimento de pertencimento ao serviço público. Para que trabalhar

na prefeitura seja uma opção de carreira do médico, e não apenas uma passagem até viabilizar seu próprio consultório", concluiu Baracho.

O documento está arquivado na sede da AMP e a associação cobrará do prefeito eleito, Gustavo Fruet, o cumprimento dos compromissos assumidos.





Confira a íntegra do documento assinado pelos candidatos:

A Associação Médica do Paraná – AMP tem, entre suas atribuições, definidas no seu estatuto de fundação, em 1933, a finalidade de intervir nas questões de saúde pública e de lutar por um atendimento médico de qualidade, também, no Sistema Único de Saúde. Assim, no momento em que a cidade de Curitiba prepara-se para escolher seu administrador para os próximos quatro anos, a AMP não foge de suas responsabilidades e assume o papel de discutir com os principais candidatos à prefeitura da capital, a situação da saúde pública de nossa cidade e as propostas para melhorá-la.

Apesar de ocupar a segunda posição entre as capitais brasileiras no índice de desempenho do Sistema Único de Saúde, divulgado em março pelo Ministério da Saúde, que avaliou o acesso aos serviços do SUS e se esses serviços são prestados em sua totalidade, Curitiba teve índice de 6,96, ainda abaixo da média 7 estabelecida como meta pelo Ministério.

Pesquisa Datafolha (PR 0017/12) divulgada em julho aponta a saúde como a área mais problemática da administração pública. Para 37% dos Curitibanos, o item “saúde, hospitais e postos de saúde”, foi apontado como o pior problema da cidade.

Diante desse quadro, a Associação Médica do Paraná considera que:

A utilização dos recursos constitucionais em saúde deve, obrigatoriamente, concentrar-se em estrutura e remuneração digna. O profissional precisa de estrutura que permita a sua melhor atuação e de remuneração que garanta sua dignidade.

Os médicos que laboram na prefeitura devem ser estatutários, admitidos por concurso público, para que detenham garantias mínimas como férias, 13º salário, licença maternidade etc...

Também é necessário que o profissional possa progredir em sua área. Para isto é necessário aperfeiçoar o plano de cargos e salários

para a categoria, o que tornaria a carreira de médico público atraente, contrapondo a atual baixa adesão aos concursos públicos e a alta taxa de evasão, o que fixaria o médico no serviço público por mais tempo.

Roga-se também para que a Prefeitura trabalhe em conjunto com a AMP, que entenda esta entidade como uma parceira na definição de protocolos, programas e no auxílio para a realização de educação continuada de sua rede de profissionais.

A AMP compromete-se a trabalhar de portas abertas à Prefeitura, pronta para auxiliar na realização de debates, palestras, simpósios e, principalmente, como veículo de aproximação da classe médica com a Secretaria Municipal de Saúde.

Também coloca à disposição da Prefeitura Municipal sua recém-criada Universidade Corporativa – UCAMP, podendo, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, oferecer cursos de capacitação e aperfeiçoamento dos servidores públicos da saúde, bem como, através de seu corpo técnico, que elabora o Exame AMP (prova utilizada como seleção para residência médica em diversos hospitais públicos e particulares do Estado) se prontifica a auxiliar na elaboração de provas para futuros concursos públicos da área médica.

Concluindo, mais do que ditar regras ao novo prefeito, o que se objetiva é demonstrar a vontade dessa Associação de ser, cada vez mais, uma força positiva na melhoria do atendimento de saúde curitibano atuando em parceria com a nova gestão.



Assim, a Associação Médica do Paraná gostaria que o candidato à prefeitura de Curitiba fizesse os seguintes compromissos com a saúde da cidade:

- 1- Aplicação, no mínimo, dos 15% constitucionais em ações efetivas de saúde pública, sem a inclusão de gastos em outras áreas, como programas sociais, com investimento em saúde
- 2- Participação da Associação Médica do Paraná nas discussões sobre políticas públicas de saúde e ações de combate a endemias ou epidemias.
- 3- Vacinação Universal contra a gripe - vacina gratuita a todos os curitibanos.
- 4- Redução no tempo de espera para os atendimentos de especialidades e exames complementares
- 5- Ampliação do número de leitos hospitalares de modo a atender a demanda de usuários do Sistema Único de Saúde
- 6- Equacionamento da demanda de Urgência e Emergência
- 7- Aperfeiçoamento do plano de carreira para os médicos públicos municipais
- 8- Garantia de que a chefia de equipes médicas seja exercida por um profissional médico.



RESIDÊNCIA COMERCIAL LOCAÇÃO

A 3 quadras da Av. Batel

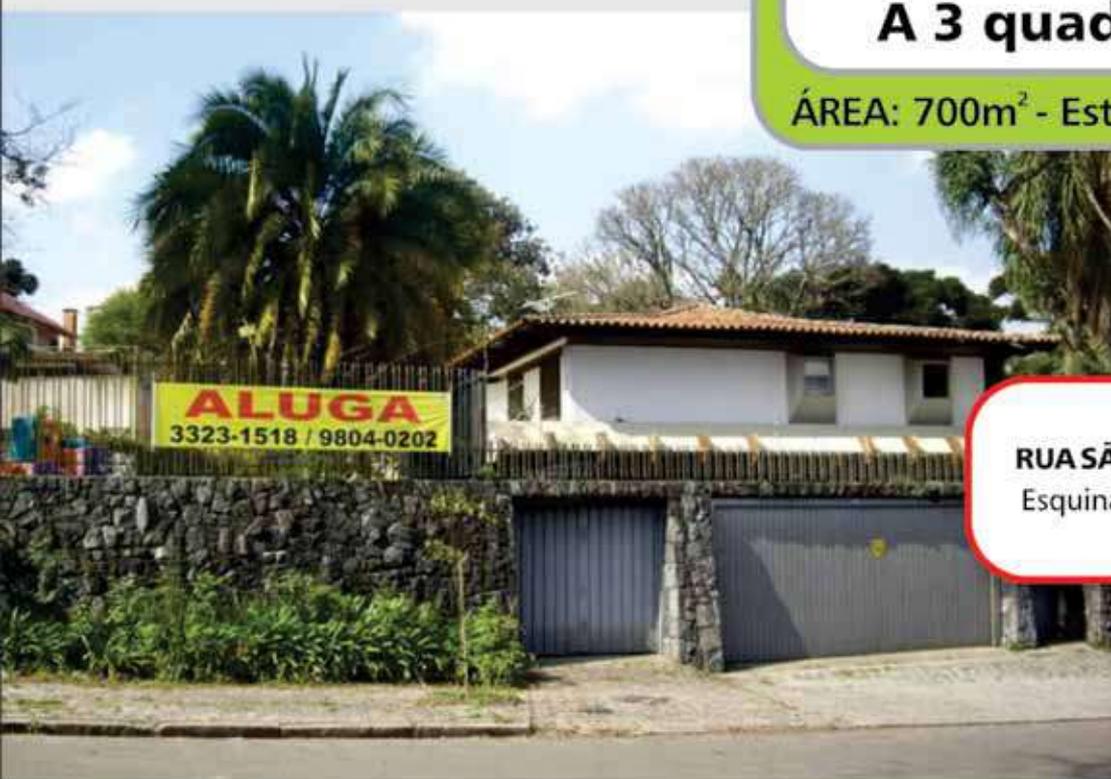
ÁREA: 700m² - Estacionamento para 10 carros

Oportunidade
para Clínica
de Médicos

RUA SÃO THOMAZ DE AQUINO, 280
Esquina com a Rua Carmelo Rangel

Terreno com 2.000m²

- Com quadra de tênis (saibro)
- Salão de festas com churrasqueira
- Amplo jardim



UCAMP REALIZA PRIMEIRO CURSO

Entre os meses de setembro e outubro, a Universidade Corporativa da Associação Médica do Paraná (Ucamp) ofereceu aos sócios da AMP o seu primeiro curso. Durante três finais de semana, médicos de Curitiba e do interior do estado (através da web) compreenderam conceitos de marketing e de que forma podem utilizá-los em suas clínicas ou consultórios com o professor Reinaldo Martinazzo, decano da Universidade Positivo, uma das principais referências em marketing do País e mestre em administração pela Universidade Extremadura, da Espanha.

“Com o curso, os médicos conseguirão gerir melhor seus consultórios ou clínicas e a aperfeiçoar seu relacionamento com os pacientes, seus funcionários e o mercado de forma geral. Saberão como divulgar seu serviço e atribuir a ele seu real valor”, destaca o professor.

Aluna do curso, a Dra. Mônica Camargo, destacou a iniciativa da AMP. “Vejo a Ucamp como uma grande iniciativa, pois um dos papéis mais importantes da AMP é a educação

continuada. E esse curso de marketing foi, para mim, de grande importância, no sentido de me orientar em muitos aspectos no dia a dia do meu trabalho, para ter uma visão, dentro da ética, de como crescer profissionalmente”, disse.

A médica já aproveitou para fazer uma sugestão de novo curso para a universidade. “Acho importante um curso de formação para secretárias e recepcionistas de consultório. É uma demanda que todos nós temos e foi reforçada neste curso de marketing, onde foi mostrada a importância dessas profissionais para o nosso trabalho”, disse.

O diretor-presidente da Universidade Corporativa, Migueil Ibrain Hanna Sobrinho destacou que cursos como este serão um dos diferenciais da Ucamp. “Surgimos com o propósito de profissionalizar e otimizar a oferta de educação continuada ao médico paranaense. Mas, além do conteúdo científico, tão necessário para a atualização profissional de nossa categoria, ofereceremos, também, di-

Marketing para Médicos abriu atividades da Universidade Corporativa da AMP

versos cursos na área de gestão, de relacionamento, de finanças, de carreira, temas que, por conta da constante necessidade de aperfeiçoamento científico, acabamos deixando em segundo plano no nosso desenvolvimento pessoal e profissional”. Na mesma linha, a Ucamp trouxe, em setembro, para palestra na AMP o perito contador João Matias Loch, que explicou aos médicos como evitar pagamento excedente ao INSS por remuneração recebida de diversas fontes pagadoras.

O diretor-presidente da Ucamp informou que, além de aceitar a sugestão da Dra. Mônica, a Ucamp já prepara, para o início de 2013 cursos de Urgência e Emergência e Saúde da Família.



Jornada Científica em Rolândia - 14/07



Reunião para fundação da AMP Irati - 30/08



Reunião para implantação do Sinam Cascavel



Jornada Científica em
União da Vitória - 17/08



Brunch na sede
da AMP em
comemoração ao Dia
do Médico - 18/10

Homenagem
da Assembleia
Legislativa pelo
Dia do Médico -
20/10



VIAGEM CULTURAL DA AMP JORDÂNIA E DUBAI - DO HISTÓRICO AO MODERNO

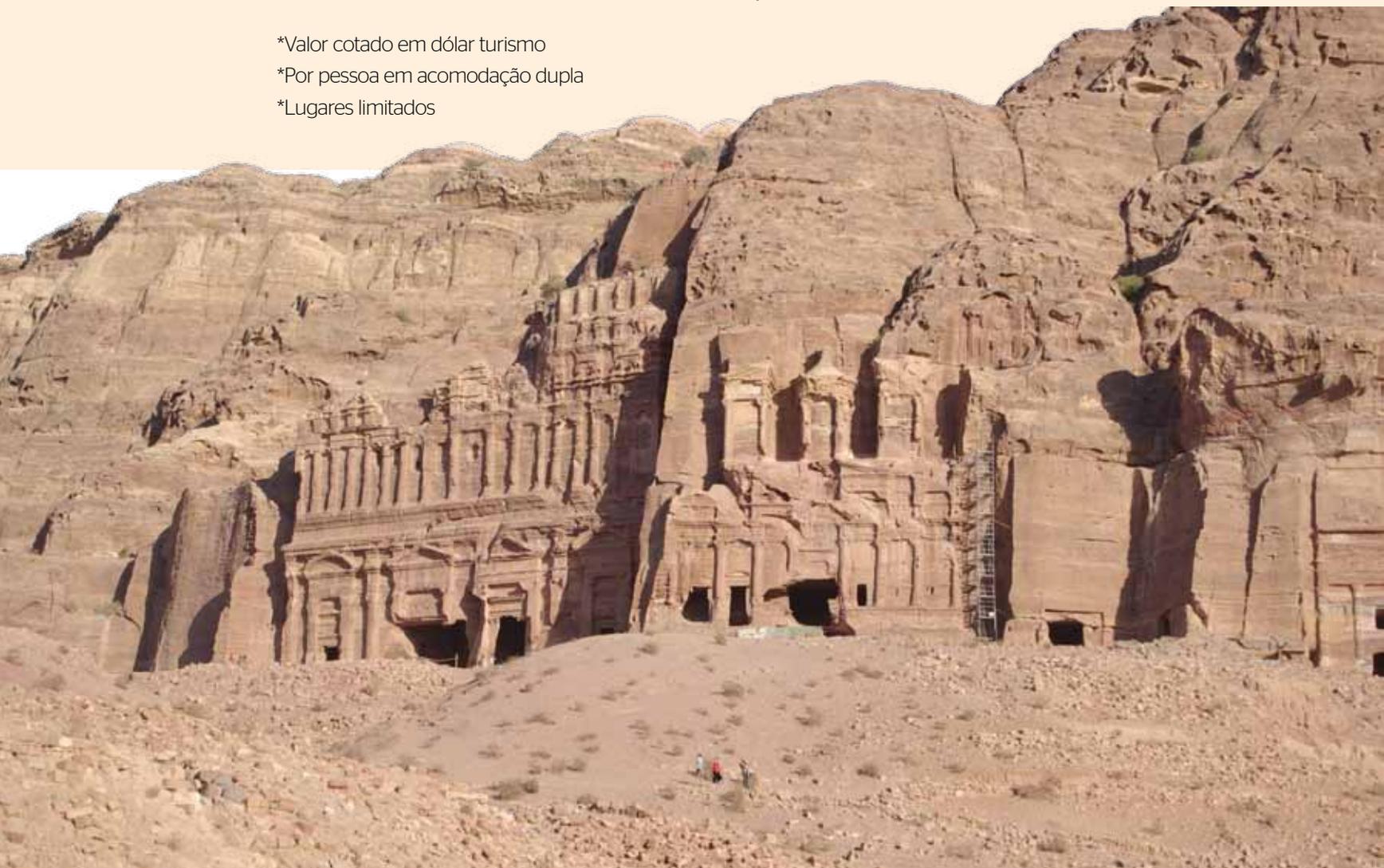
Saída especial: 26 / março / 2013

Programa completo: Aéreo + Terrestre:
US\$ 4,750.00* + taxas de embarque

*Valor cotado em dólar turismo

*Por pessoa em acomodação dupla

*Lugares limitados



A Associação Médica do Paraná, em parceria com a Lenatur, está organizando, para março de 2013, uma viagem cultural para os médicos paranaenses, tendo como destino uma das regiões que mais atraem turistas no mundo: Jordânia e Dubai, num dos únicos roteiros do mundo em que se pode contrastar a história fascinante das cidades sob pedras na Jordânia, com o luxo e modernidade da exuberante Dubai.

Com embarque previsto para o dia 26 de março, o roteiro cultural montado exclusivamente para os médicos da AMP prevê 12 dias de viagem, sendo três noites em Amman, duas noites em Petra e cinco noites Dubai, para um grupo de até 30 médicos e familiares. O preço promocional do pacote é de US\$ 4.750,00 e as condições de pagamento podem ser negociadas até a data do embarque.

As vagas são limitadas e os interessados devem preencher a ficha cadastral que acompanha este email, enviando-a a Lenatur via email:

curitiba@lenatur.com.br

Lenatur
TURISMO

INFORMAÇÕES E RESERVAS:

lenatur.com.br

Curitiba: curitiba@lenatur.com.br

Florianópolis: floripa@lenatur.com.br

Lamenha Lins, 266 sala 114 - Ed. Portocarrero

Felipe Schmidt, 515 sala 908 - Centro Comercial Pórtico

Tel: (41) 3322-9550

Tel: (48) 3225-3825

Joinville Tel: (47) 3433-0507 joinville@lenatur.com.br



ENTIDADES MÉDICAS PEDEM VACINAÇÃO UNIVERSAL CONTRA A GRIPE PARA O SUL DO BRASIL

Campanha atual é
insuficiente onde há maior
incidência da doença

A Associação Médica do Paraná, o Conselho Regional de Medicina do Paraná, a Associação Médica do Rio Grande do Sul e o Conselho Regional de Medicina do Rio Grande do Sul enviaram, ofício ao ministro da Saúde, Alexandre Padilha, solicitando a revisão da política de imunização contra a influenza para os Estados do Sul do Brasil. As entidades cobram uma vacinação antecipada e universal no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, estados em que foram registrados mais da metade dos casos de infecção pelo vírus H1N1 e dos óbitos em consequência dele no país.

As entidades lembram que o clima prolongadamente mais frio no Sul do país favorece a replicação do vírus mostram que, neste ano, até o mês de julho, foram registrados 2.966 casos nos três estados do Sul, 51,4% de todos os casos do país, com 55 óbitos, sendo 51 por Influenza A, enquanto na segunda região mais atingida, Sudeste, foram 25 mortes. As entidades lembram ainda que, em 2009, na pandemia da H1N1, 74,2% dos casos da doença ocorreram no sul do Brasil.

As entidades também apresentaram dados sobre a frequência de óbitos pela doença em 2009 e neste ano, mostrando que, a política de vacinação apenas para grupo considerado de risco (crianças, idosos, gestantes e trabalhadores na área da saúde) gerou uma grande quantidade de mortes nas faixas que não tiveram direito à vacinação gratuita. No Paraná, 85% das mortes foram de pessoas entre 10 e 59 anos de idade, sendo 59,5% entre os 20 e 49.

Com esses dados, as entidades médicas solicitam que, a partir de 2013, o Ministério da Saúde realize uma campanha de vacinação antecipada e imunize todos os habitantes dos estados do Sul contra a Influenza.



OPINIÃO PESSOAL

DR. LUIZ ERNESTO PUJOL

Com a licença da Diretoria da Associação Médica do Paraná uso esse espaço para externar minha pessoal opinião a respeito da relação trabalho médico/ intermediários. Despojo-me, neste momento, de minhas funções como Ouvidor da SPP, membro dos Departamentos de Defesa Profissional e Departamento de Segurança da Criança e do Adolescente dessa Sociedade, de membro do Departamento de Defesa Profissional da AMP, membro da Câmara Técnica de Pediatria do CRMPR e, também, membro da Associação de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Minha manifestação se embasa na única qualificação que disponho de Pediatra verdadeiramente autônomo desde que exerço essa especialidade há 39 anos, sem nunca haver tido nenhum tipo de ligação com qualquer intermediário no meu desempenho profissional.

Tenho vivenciado, nos últimos anos, as inúmeras agruras por que passam meus colegas médicos no relacionamento com as Operadoras e Seguradoras de Saúde Suplementar e, até mesmo com as Cooperativas de Trabalho Médico.

Meu empenho em tentar solucionar os vários fatores que influenciam os desacertos entre as partes mostram resultados pífios tanto nos aspectos contratuais draconianos quanto nos irrisórios valores dos honorários médicos. Todos os esforços possíveis, ética e legalmente, não se mostram suficientes para que os intermediários se sensibilizem com as justas reivindicações da classe médica. Mesmo a interferência espontânea da Comissão de Direitos do Consumidor da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, que aparentemente entendeu as necessidades dos médicos, ainda não se mostrou efetiva e resolutive nessa luta e, a expectativa de que uma participação política poderia fazer prevalecer a esperada valorização do trabalho médico pelos intermediários provavelmente se arrastará por muito tempo.

As Comissões Estaduais de Honorários Médicos encabeçadas pelas Entidades Médicas reconhecidas nacionalmente requerem nas suas decisões, a efetiva participação dos médicos nas Assembléias deliberativas, porém a presença dos profissionais médicos tem-se mostrado cronicamente mínima, expondo toda a classe à meritória pecha de desunida, omissa e acomodada à situação caótica em que se encontra.

A ausência participativa leva aos empregadores a certeza de que migalhas nas suas ações de reajuste econômico bastam para que seus médicos continuem a serem explorados a preço vil. Desalentador também é a prática de elitização de alguns

profissionais que, de forma egoísta aceitam contratações individuais cujo valor de honorários médicos mais elevados do que os de outros colegas lhes possibilitam a benemerência de terem clientela direcionada, pelo empregador, aos seus atendimentos.

Os empregadores se utilizam de argumentações questionáveis para manterem a nível humilhante o ressarcimento do trabalho médico, como: distorções na solicitação de exames complementares de elevadíssimo custo; utilização de alguns medicamentos, materiais e próteses de forma abusiva e não comprovados em protocolos cientificamente aceitos; superfaturamento por profissionais de algumas áreas específicas da medicina; elevados encargos tributários governamentais e, gastos com pessoal administrativo e com equipamentos eletrônicos para gerenciamento dos serviços exigidos pelo grande número de usuários. Alguns dados e números apresentados pelos intermediários podem até sugerir algumas verdades e algumas ilegalidades, porém bastaria a comprovação de quem, de fato, comete as ilegalidades para que a justiça e o CRMPR procedessem à penalização dos verdadeiros culpados. Prova adicional de gestões que não apenas visam lucro extraordinário aos intermediários é a postura profissional e competente da COPEL e SANEPAR que aceitaram cláusulas contratuais éticas e elevaram os honorários médicos a patamares

dignos à nossa atividade, demonstrando que organização operacional e respeitosa entre as partes é viável e capaz de, nessa parceria, cumprir com o verdadeiro papel de bem servir à população assistida.

Quando os intermediários repetidamente se negam a aceitar sequer parte das propostas médicas, muitas vezes amparados pelos organismos governamentais que deveriam normatizar apartidariamente as regras desse relacionamento é de minha exclusiva opinião que só resta o descredenciamento pessoal de cada profissional. Não há motivo para receios na tomada individual dessa atitude. Submeter-se à verdadeira escravidão de um contrato que só determina deveres e nenhum direito ao médico contratado é se auto-desvalorizar e se auto-menosprezar profissionalmente. A cada um cabe a decisão e a ação de fazer com que a sociedade retorne a olhar o médico com admiração e respeito.

A acomodação de alguns médicos aos padrões impostos pelos intermediários é, sob a análise fria da atual situação, inequívoco sinal de falta de segurança em sua competência profissional de cativar clientela e sobreviver dignamente.

O problema maior não são os intermediários de nosso trabalho. Reside ele na omissão dos trabalhadores em dar um basta final a quem se privilegia dessa inaceitável passividade.

Nenhuma organização que se locupleta do trabalho médico sobreviverá sem o seu trabalhador principal. Não haverá intermediários desse ofício se houverem médicos que se neguem a degradação, desprezo, exploração e restrições impostas por aqueles. Indiferentemente se médicos recentes ou de muitos anos de profissão, há absoluta necessidade que ocorra uma conscientização coletiva de seus reais e inequívocos valores frente à sociedade e, principalmente, de respeito próprio.

Na primavera de 2012: Luiz Ernesto Pujol

Médico Pediatra

CRMPR 3.856

CERTIFICADO TECNISA
de

RENDA GARANTIDA

A TECNISA garante que, ao comprar uma unidade neste empreendimento, o investidor poderá receber um retorno financeiro mensal de 0,8% sobre o valor negociado no ato da aquisição da unidade, podendo ser pago em até 18 meses.*



Diretor

... do regulamento da promoção, para as aquisições feitas na "Tabela de Vendas Curta - Renda Garantida TECNISA". A vendedora poderá, por mera liberalidade alterar o percentual e condições a qualquer tempo, sem aviso prévio.

HOME URBAN BUSINESS

O MELHOR INVESTIMENTO DO ANO: UM IMÓVEL TECNISA COM RENDA GARANTIDA



home urban business
APARTAMENTOS DE 1 E 2
DORMS E OPEN SPACE
SALAS COMERCIAIS
LOJAS

VISITE DECORADO
RUA AMINTAS DE BARROS, 240



Baixe um aplicativo leitor de QR code em seu celular, fotografe o código acima e conheça mais detalhes do New Worker Tower Alphaville. Se preferir, acesse tecnisa.com.br/nwta



(41) 3151 5900



tecnisa.com.br

Para mais informações, acesse tecnisa.com.br/rendagarantida

Conheça nossos ambientes digitais:



Incorporação, Construção e Vendas:

Vendas:



Vendas:



Desenvolvimento imobiliário:



TECNISA

Mais construtora por m²

Creci: 19.773-J

Projeto arquitetônico: Doria Lopes Fiúza Arquitetos Associados. Projeto paisagístico: Takeda Arquitetos Paisagistas. Projeto luminotécnico das fachadas: Mingrone Iluminação. Projeto de decoração: Debora Aguiar e Carlos Rossi. Incorporadora responsável: Zapala Investimentos Imobiliários Ltda. Material de Incorporação registrado sob A. 06 da matrícula 48.393 do 3.o AI datado de 31/10/2011. Vendas: TCI - Tecnisa Consultoria Imobiliária: Rua Visconde do Rio Branco, 1.358 - conjunto 1.205 - Centro - Curitiba. Lopes, CRECI J-04107: Av. Iguazu, 2.180 - Água Verde - Curitiba. Brasil Brokers Galvão Vendas, CRECI 4576J: Rua Comendador Fontana, 75 - Centro Cívico - Curitiba. Imagens meramente ilustrativas. Consulte memorial descritivo com detalhes do projeto.